

**CONVÊNIO Nº 01/2017**

Convênio de Mútua Cooperação que entre si firmam a PBH ATIVOS S.A e a Secretaria Municipal de Saúde para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público Privada de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte.

A **PBH ATIVOS S.A**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Pedro Meneguetti e pela sua Diretora Executiva, Sra. Soraya de Fátima Mourthe M. Lage, doravante denominada **CONVENENTE**, e a **Secretaria Municipal Saúde - SMSA**, neste ato representada pelo seu Secretário, Jackson Machado Pinto, doravante denominada **CONVENIADA**, e considerando que:

- a Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010 , e o Estatuto Social da PBH ATIVOS S.A, preveem como objetivo social da PBH ATIVOS auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, agindo somente no sentido de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, não podendo assumir outras funções e/ou responsabilidades da Administração Direta ou Indireta sem que para isso tenha sido contratada ou conveniada, procurando, sempre que possível, obter ganho econômico;
- a PBH Ativos tem também como objeto social, nos termos do inc. VI do art.2º da Lei nº 10.003/2010, auxiliar o Município em projetos de concessão e parceria público privada;
- o Decreto nº 16.694/2017 atribuiu à PBH Ativos a função de coordenar a organização de núcleos setoriais para acompanhamento e gestão dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas em cada secretaria, órgão ou entidade

do Poder Executivo responsável pelo serviço ou atividade objeto da contratação, prestando assessoramento técnico aos núcleos setoriais criados pelo CGP, sempre por meio de contratos ou convênios administrativos.

- o Município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo como que dispõe a Lei nº 10.004, de 25 de novembro de 2010, realizou a Concorrência nº 008/2010, para a delegação de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte, excluído os serviços assistenciais de saúde.
- em 25 de março de 2012, em razão da Concorrência nº 008/2010, foi assinado entre o Município de Belo Horizonte e o Consórcio Novo Metropolitano contrato de concessão administrativa (Processo nº 04.001252.10.34), com o prazo de 20 (vinte) anos.

As partes celebram o presente CONVÊNIO, nos seguintes termos:

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. O CONVÊNIO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre a CONVENIENTE e CONVENIADA para o acompanhamento do contrato de parceria público-privada de concessão para a delegação de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- 2.1. A obtenção, organização e gestão de informações e dados técnicos relacionados ao contrato de concessão necessários ao assessoramento prestado pela PBH Ativos são de responsabilidade da CONVENIADA, que poderá valer-se do apoio de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.



- 2.2. A PBH ATIVOS poderá consolidar as informações prestadas pela CONVENIADA, podendo combiná-las com as informações técnicas disponibilizadas por outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.
- 2.3. O produto decorrente do assessoramento prestado pela PBH Ativos não possui natureza vinculativa, considerando que a atuação da PBH Ativos é limitada ao previsto no inciso II do art. 1º do Decreto nº 15.534/2014, no art. 3º do Decreto nº 16.694/2017 e no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.003/2010.
- 2.4. A CONVENIADA, na condição de representante do Poder Concedente, é a responsável pela gestão do contrato de concessão e, portanto, pela validação dos produtos oriundos do presente acordo e pelo monitoramento e controle dos seus prazos de entrega, devendo os atos realizados no contrato serem tecnicamente subsidiados pelo seu núcleo setorial de parceria.
- 2.5. A troca de documentos e informações entre os convenientes e terceiros apoiadores da Administração Pública e/ou contratados deverá respeitar o princípio da transparência e da publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo oficial.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE RESSARCIMENTO**

- 3.1. O CONVÊNIO não implica transferência de recursos entre os CONVENIENTES ou assunção de qualquer outra obrigação pecuniária, no limite das responsabilidades atribuídas à PBH ATIVOS na Cláusula Sexta do CONVÊNIO.



3.2. As atividades indispensáveis à adequada gestão do contrato de concessão que não estejam previstas no CONVÊNIO como de responsabilidade da PBH Ativos poderão ser objeto de termo aditivo e, conforme sua natureza, ensejarão a necessidade de ressarcimento por parte da CONVENIADA.

3.2.1. O ressarcimento seguirá metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa, documentado na ata de reunião do dia 24/11/2016, excluídas as porcentagens referente ao lucro e a margem operacional, restando somente as despesas diretas e indiretas, as quais serão previamente aprovadas pela CONVENIADA, conforme documentos comprobatórios da realização dos referidos custos.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO**

4.1. O CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse entre os convenientes, respeitado o limite de 60 (sessenta) meses.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS**

5.1. CONVENIENTE e CONVENIADA dispensam a constituição de garantias para assegurar sua plena execução.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

6.1. Da CONVENIADA:

- a) designar formalmente o Núcleo Setorial de Parceria conforme determinação do art. 4º da Resolução CGP nº 001/2017, certificando-se que os membros tenham disponibilidade e dedicação prioritária para com os assuntos correlatos às parcerias de interesse da

CONVENIADA, devendo a equipe, tanto quanto possível, ser composta por profissionais capacitados na área técnica correlata às atividades fins da CONVENIADA, na área jurídica e na área econômico-financeira;

- b) acompanhar e gerir a execução do contrato de concessão, bem como do contrato firmado com o verificador independente;
- c) desenvolver e manter em funcionamento registro das principais informações, dados ou aspectos referentes à execução do contrato;
- d) manter, organizar e, quando demandada, colocar à disposição da PBH ATIVOS todas as informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao contrato de concessão;
- a) demandar formalmente a PBH ATIVOS para o assessoramento econômico-financeiro e/ou jurídico necessário à adequada gestão do contrato de concessão.

6.2. Da PBH ATIVOS:

- a) capacitação do Núcleo Setorial de Parceria instituído pela CONVENIADA relativo aos conceitos, metodologia, licitação, execução e acompanhamento de contratos de projetos de concessão e parcerias público-privadas;
- b) quando demandada, prestar assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e jurídica para fins da adequada gestão e acompanhamento do contrato de concessão pela CONVENIADA, compreendendo:
  - I - apoiar a análise jurídica do contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação;
  - II - dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas.





- 6.3. O assessoramento a ser prestado pela PBH Ativos se limita ao âmbito do contrato de concessão e dos termos aditivos celebrados até a data da assinatura do presente CONVÊNIO, devendo ser observado o disposto no item 3.2 e subitem 3.2.1 para o caso de assessoramento para fins de celebração de futuros termos aditivos ou de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO

- 7.1. O CONVÊNIO poderá ser extinto em razão:
- a) do término do prazo de vigência;
  - b) de acordo entre os convenientes;
  - c) de denúncia unilateral de qualquer dos convenientes, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro partícipe, não sendo devido o pagamento de indenização, multa ou ônus de qualquer natureza em decorrência do término do CONVÊNIO.
- 7.2. Os convenientes definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento, na ocorrência das hipóteses do item 7.1.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

- 8.1. O presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município no prazo e na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. Aplica-se ao CONVÊNIO, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, especialmente o art.116 do referido diploma legal.
- 9.2. Os casos omissos serão, sempre que possível, resolvidos amigavelmente entre as partes.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

- 10.1. Os convenientes elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio.

E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavrou-se o presente CONVÊNIO, que será assinado pelos convenientes em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2017.

  
Jackson Machado Pinto  
**Secretário Municipal de Saúde**

  
Pedro Meneguetti  
**Diretor-Presidente  
PBH ATIVOS S/A**

  
Soraya de Fátima Mourthe M. Lage  
**Diretora Executiva  
PBH ATIVOS S/A**

### TESTEMUNHAS

NOME: *Christina Elis Maria*

CPF: *040799236-78*

NOME:

CPF:

**ANEXO I - PLANO DE TRABALHO****I - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO**

O CONVÊNIO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre a CONVENIENTE e CONVENIADA para o acompanhamento do contrato de parceria público-privada de concessão para a delegação de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte.

**II - METAS A SEREM ATINGIDAS**

**Meta 1:** Assessoramento técnico de natureza jurídica para fins da adequada gestão pela CONVENIADA e acompanhamento do contrato de concessão administrativa do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte.

**Meta 2:** Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira para fins da adequada gestão pela CONVENIADA e acompanhamento do contrato de concessão administrativa do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte,

**III - FASES DE EXECUÇÃO**

**Fase 1:** Assessoramento técnico de natureza jurídica

<b>Etapas/Fase</b>	<b>Definição</b>	<b>Especificação</b>
1.1	Análise jurídica do contrato de concessão	Análise jurídica do contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação, limitada ao âmbito do contrato de concessão do Hospital Metropolitano e dos termos aditivos celebrados até a data da assinatura do presente CONVÊNIO.



Etapa/Fase	Definição	Especificação
2.1.	Análise econômico-financeira do contrato de concessão	Análise econômico-financeira dos valores do contrato para fins de dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas, limitada ao âmbito do contrato de concessão do Hospital Metropolitano e dos termos aditivos celebrados até a data da assinatura do presente CONVÊNIO.

#### **IV - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PELOS CONVENIENTES**

O CONVÊNIO não implica transferência de recursos entre os CONVENIENTES ou assunção de qualquer outra obrigação pecuniária, no limite das responsabilidades atribuídas à PBH ATIVOS na Cláusula Sétima do CONVÊNIO.

As atividades indispensáveis ao adequado assessoramento do contrato de concessão que não estejam previstas no CONVÊNIO como de responsabilidade da PBH Ativos poderão ser objeto de termo aditivo e, conforme sua natureza, ensejarão a necessidade de ressarcimento por parte da CONVENIADA.

O ressarcimento seguirá metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa, documentado na ata de reunião do dia 24/11/2016, e será previamente aprovado pela CONVENIADA, conforme planilha e documentos comprobatórios da realização das despesas.

**VI - PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO, BEM ASSIM DA CONCLUSÃO DAS ETAPAS OU FASES PROGRAMADAS**

Início: data da assinatura do CONVÊNIO

Fim: data da vigência do CONVÊNIO ou data de conclusão das fases programadas, desde que não ultrapasse a data final de vigência.

**VII - SE O AJUSTE COMPREENDER OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, COMPROVAÇÃO DE QUE OS RECURSOS PRÓPRIOS PARA COMPLEMENTAR A EXECUÇÃO DO OBJETO ESTÃO DEVIDAMENTE ASSEGURADOS, SALVO SE O CUSTO TOTAL DO EMPREENDIMENTO RECAIR SOBRE A ENTIDADE OU ÓRGÃO DESCENTRALIZADOR**

Não se aplica.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2017.

  
Jackson Machado Pinto  
**Secretário Municipal de Saúde**

  
Pedro Meneguetti  
**Diretor-Presidente  
PBH ATIVOS S/A**

  
Soraya de Fátima Mourthé M. Lage  
**Diretora Executiva  
PBH ATIVOS S/A**



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**DOM**  
Diário Oficial do Município

Quinta-feira, 26 de Julho de 2018 Ano:XXIV - Edição N.: 5579

Poder Executivo

AA-Secretaria Municipal de Saúde

### **ATO DE CONVALIDAÇÃO**

PARA RATIFICAÇÃO DOS ATOS RELATIVOS AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FIRMAM A PBH ATIVOS S.A E A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO NO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO NÃO ASSISTENCIAIS AO FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE.

Pelo presente ato fica convalidada toda a relação estabelecida no convênio de mútua cooperação que entre si firmam a PBH ATIVOS S.A e a Secretaria Municipal de Saúde para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de parceria público privada de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte, (processo nº 01.133.654.17.46), referente ao período de 13/03/2018 até a data de assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio. A convalidação está respaldada pela Lei 9.784/99, encontrando-se o processo devidamente instruído, devendo o seu extrato ser publicado em atendimento ao disposto no Parágrafo Único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2018

*Jackson Machado Pinto*

**Secretário Municipal de Saúde**